

STEVEN LEVITSKY & DANIEL ZIBLATT

Autores de *Como Morrem as Democracias*

Melhor
livro do ano
Newsweek

A TIRANIA DA MINORIA

PORQUE ESTÃO AS
DEMOCRACIAS EM PERIGO

v o g a i s

*Em memória de
Jill Kneerim e David Ziblatt*

«De alguma forma resistimos e testemunhamos
uma nação que não está falida,
mas simplesmente interrompida.»

AMANDA GORMAN, *A Colina que Subimos*
(tradução de Raquel Lima)

ÍNDICE

Introdução	9
Capítulo 1 — O medo de perder	19
Capítulo 2 — A banalidade do autoritarismo	41
Capítulo 3 — Aconteceu aqui	73
Capítulo 4 — Por que razão o partido republicano abandonou a democracia	101
Capítulo 5 — Maiorias agrilhoadas	143
Capítulo 6 — O governo da minoria	177
Capítulo 7 — América, fora da curva	211
Capítulo 8 — Democratizar a nossa democracia	237
Agradecimentos	271
Notas	273
Índice remissivo	361

INTRODUÇÃO

A 5 de janeiro de 2021, um evento extraordinário teve lugar no estado da Geórgia. Num estado onde a política era há muito manchada pela supremacia branca, os eleitores deslocaram-se às urnas em números recorde para eleger o seu primeiro senador afro-americano, o reverendo Raphael Warnock, e o seu primeiro senador judaico-americano. Warnock era apenas o segundo senador negro a ser eleito no Sul desde a Reconstrução, juntando-se ao Republicano Tim Scott, da Carolina do Sul. Nessa noite, ele apresentou aos apoiantes a sua mãe, uma antiga rendeira, notando que «as mãos de 82 anos que costumavam apanhar o algodão de outra pessoa escolheram o seu filho mais novo para ser um senador dos Estados Unidos.» Para muitos, a eleição pressagiava um futuro mais brilhante, mais democrático. «Há um novo Sul a erguer-se», declarou LaTosha Brown, cofundadora da Black Voters Matter. «Mais jovem, mais diversificado [...] e mais inclusivo.» Este era o futuro democrático que gerações de ativistas dos direitos civis tinham trabalhado para construir.

No dia seguinte, 6 de janeiro, os americanos testemunharam algo que parecia inimaginável: uma insurreição violenta, instigada pelo presidente dos Estados Unidos. Quatro anos de declínio democrático tinham culminado numa tentativa de golpe de Estado. O medo, a confusão e a indignação que muitos americanos

sentiram ao assistir ao desenrolar destes acontecimentos ecoou o modo como pessoas de outros países descreveram sentir-se à medida que as suas próprias democracias se desfaziam. Aquilo pelo que tínhamos acabado de passar — um surto de violência politicamente motivada; ameaças contra funcionários eleitorais; esforços para dificultar o ato de votar; uma campanha do presidente para anular os resultados de uma eleição — era um retrocesso democrático. A república não se desmoronou entre 2016 e 2021, mas tornou-se inegavelmente menos democrática.

No espaço de 24 horas entre 5 de janeiro e 6 de janeiro de 2021, as promessas e os perigos da democracia americana foram expostos de maneira vívida: um vislumbre de um possível futuro democrático multirracial, seguido por um ataque quase impensável ao nosso sistema constitucional.

A democracia multirracial é difícil de alcançar. Poucas sociedades alguma vez o conseguiram. Uma democracia multirracial é um sistema político com eleições regulares, livres e justas, no qual cidadãos adultos de todos os grupos étnicos possuem o direito de voto e liberdades civis básicas, tais como liberdade de expressão, de imprensa, de reunião e de associação. Não é suficiente que estes direitos existam no papel: indivíduos de todas as origens étnicas devem desfrutar de igual proteção dos direitos democráticos e civis ao abrigo da lei. A Lei dos Direitos Civis de 1964 e a Lei dos Direitos Eleitorais de 1965 estabeleceram finalmente um alicerce legal para a democracia multirracial na América. Mas, mesmo hoje, ainda não a alcançámos plenamente.

O acesso ao voto continua, por exemplo, desigual. Um estudo de 2019 do Public Religion Research Institute (PRRI) concluiu que os cidadãos afro-americanos e latinos, por comparação com os brancos, tinham o triplo das possibilidades de ouvir que não dispunham de identificação válida para votar, e o dobro das hipóteses de ouvir — incorretamente — que os seus nomes não

constavam dos cadernos eleitorais. As leis que impedem os criminosos condenados de votar afetam desproporcionalmente os afro-americanos. E os cidadãos não-brancos continuam sem receber igual proteção ao abrigo da lei. Os homens negros continuam a ter o dobro das hipóteses de serem mortos pela polícia no decurso da sua vida do que os homens brancos (muito embora as vítimas negras das mortes às mãos da polícia tenham metade das hipóteses de estarem armadas); têm mais hipóteses do que os homens brancos de serem parados e revistados pela polícia; e têm mais hipóteses de serem presos e condenados — com penas mais longas — por crimes de igual peso. Se ainda tem alguma dúvida de que os cidadãos negros não desfrutam dos mesmos direitos dos cidadãos brancos ao abrigo da lei, aplique o teste Kyle Rittenhouse*: Seria possível a um adolescente negro atravessar as fronteiras estaduais com uma espingarda semiautomática, entrar numa manifestação sem ser parado pela polícia, disparar sobre os manifestantes, matar duas pessoas e sair em liberdade?

Mas, se a América ainda não é uma verdadeira democracia multirracial, está a tornar-se uma. No meio século entre a aprovação da Lei dos Direitos Eleitorais e a ascensão de Donald Trump à presidência, a sociedade americana mudou de maneiras fundamentais. Uma vaga maciça de imigração transformou o que fora uma sociedade predominantemente branca e cristã numa sociedade diversificada e multiétnica. E, ao mesmo tempo, o crescente poder político, económico, legal e cultural dos americanos não-brancos desafiou — e começou a nivelar — hierarquias raciais há muito arreigadas. Inquéritos à opinião pública mostram que, pela primeira vez na história dos Estados Unidos, uma maioria de americanos abraça hoje a diversidade étnica e a igualdade

* Kyle Rittenhouse, um adolescente branco de 17 anos do estado do Illinois, matou duas pessoas e feriu uma terceira numa manifestação antirracista em Kenosha, no estado contíguo do Wisconsin, em agosto de 2020, e foi ilibado de todas as acusações em novembro de 2021. [N. T.]

racial — os dois pilares fundamentais da democracia multirracial. Em 2016, então, a América estava à beira de uma democracia genuinamente multirracial — uma democracia que pudesse servir de modelo a sociedades diversificadas por todo o mundo.

Mas precisamente quando esta nova experiência democrática estava a começar a implantar-se, a América sofreu um recuo autoritário tão violento que abalou os alicerces da república, deixando os aliados do país, um pouco por todo o mundo, preocupados com a possibilidade de ter sequer um futuro democrático. Passos significativos em direção à inclusão democrática provocam muitas vezes reações intensas — mesmo autoritárias. Mas o ataque à democracia americana foi pior do que tudo o que poderíamos ter antecipado em 2017, enquanto escrevíamos o nosso primeiro livro, *Como Morrem as Democracias*. Estudámos insurreições violentas e esforços para anular eleições por todo o mundo, de França e Espanha à Ucrânia e à Rússia, passando pelas Filipinas, pelo Perú e pela Venezuela. Mas nunca imaginámos vê-las acontecer aqui. Nem nunca imaginámos que um dos dois principais partidos americanos se afastasse da democracia no século XXI.

A magnitude do retrocesso democrático da América foi preocupante. As organizações que monitorizam a saúde das democracias ao redor do mundo capturaram-na em termos numéricos. O Índice Global de Liberdade da Freedom House atribui anualmente aos países uma nota entre 0 e 100, 100 equivalendo ao máximo de democracia. Em 2015, os Estados Unidos tiveram uma nota de 90, aproximadamente ao nível de países como o Canadá, a Itália, a França, a Alemanha, o Japão, a Espanha e o Reino Unido. Contudo, desde então, a nota da América decresceu progressivamente, atingindo 83 em 2021. Esta nota era não só inferior à de todas as democracias estabelecidas da Europa Ocidental, como era inferior à de democracias recentes ou historicamente conturbadas como a Argentina, a República Checa, a Lituânia e Taiwan.

Foi uma reviravolta extraordinária. De acordo com quase todos os relatos sociológicos principais sobre o que faz uma democracia prosperar, a América deveria estar imune a tal retrocesso. Os acadêmicos descobriram dois padrões praticamente quase normativos relativos aos sistemas políticos modernos: as democracias ricas nunca morrem, e as velhas democracias nunca morrem. Num estudo bem conhecido, os politólogos Adam Przeworski e Fernando Limongi descobriram que nenhuma democracia mais rica do que a Argentina era em 1976 — o seu produto interno bruto (PIB) *per capita*, em dólares de hoje, era de cerca de 16 mil dólares — se tinha desmoronado. A democracia erodiu-se posteriormente na Hungria, que tinha um PIB *per capita* de cerca de 18 mil dólares. O PIB *per capita* dos Estados Unidos era de cerca de 63 mil dólares em 2020 — quase o *quádruplo* do país mais rico a alguma vez sofrer um colapso democrático. Do mesmo modo, nenhuma democracia com mais de cinquenta anos de existência alguma vez desapareceu. Mesmo que consideremos a aprovação da Lei dos Direitos Eleitorais de 1965 como o momento da democratização da América (foi, afinal de contas, nessa altura que o país atingiu o sufrágio adulto total), ainda assim a nossa democracia tinha mais de cinquenta anos quando Trump assumiu a presidência. Portanto, tanto a história como décadas de investigação sociológica nos dizem que a democracia americana devia ter estado a salvo. No entanto, não estava.

A América não está sozinha, claro, na sua diversidade crescente. Nem está sozinha na sua experiência de uma reação extremista de direita a essa mudança demográfica. O número de residentes nascidos no estrangeiro aumentou na maior parte das democracias mais velhas do mundo, sobretudo na Europa Ocidental. Os imigrantes e os seus filhos constituem hoje um segmento crescente mesmo em sociedades historicamente homogêneas como a Noruega, a Suécia e a Alemanha. Cidades

como Amesterdão, Berlim, Paris e Zurique parecem quase tão diversas como as grandes cidades americanas. E a crise dos refugiados de 2015 trouxe à Europa milhões de recém-chegados do Norte de África e do Médio Oriente, tornando a imigração e a diversidade étnica em questões de grande saliência política. Juntamente com as repercussões da crise financeira de 2008, estas mudanças provocaram uma violenta reação radical. Em quase todos os países da Europa Ocidental, entre cerca de 10 e 30 por cento do eleitorado — eleitores desproporcionalmente brancos e menos educados, que vivem em regiões em declínio ou fora dos centros urbanos — estão abertos a apelos xenófobos. E em todo o lado, do Reino Unido e da França à Itália, à Alemanha e à Suécia, estes eleitores fomentaram as fortunas eleitorais dos partidos e movimentos de extrema-direita.

E, contudo, a América é diferente, de duas maneiras. Primeira, a reação à crescente diversidade tem sido invulgarmente *autoritária*. Raramente na Europa Ocidental a ascensão de partidos xenófobos e anti-*establishment* assumiu a forma abertamente antidemocrática que vimos nos Estados Unidos. Existem muitas características dos partidos de extrema-direita da Europa Ocidental que dão azo a preocupações, incluindo o seu racismo, a sua xenofobia, o seu desprezo pelos direitos das minorias e, em alguns casos, as suas simpatias pelo presidente da Rússia, Vladimir Putin. Mas até agora quase todos respeitaram as regras democráticas, aceitando os resultados eleitorais e evitando a violência política. A América também difere de outro modo: as forças extremistas alcançaram efetivamente o poder nacional, enquanto na Europa se têm mantido confinadas à oposição ou, em poucos casos, a governos de coligação.

Temos por isso de enfrentar um facto desconfortável: a diversidade social, a revolta cultural e os partidos de extrema-direita são ubíquos em todas as democracias ocidentais estabelecidas.

Mas só na América tais extremistas obtiveram, de facto, o controlo do governo nacional e atacaram as instituições democráticas. Porque é que a América, única entre as democracias ricas e estabelecidas, esteve à beira do precipício? É esta questão que nos deve assombrar depois dos dias 5 e 6 de janeiro de 2021.

É tentador virar a página da era Trump. Afinal de contas, Donald Trump perdeu a reeleição, e o seu esforço para anular os resultados dessa eleição falharam. Os mais perigosos negacionistas eleitorais em determinados «swing states»* foram também derrotados nas eleições intercalares de 2022 para o Congresso. Parece que nos esquivámos com sucesso às balas — que, no fim de contas, o sistema funcionou. E agora que o domínio de Trump sobre o Partido Republicano é contestado, talvez possamos finalmente parar de nos preocupar tanto com o destino da nossa democracia. Talvez a crise não tenha sido tão má como receávamos inicialmente. Talvez a democracia *não estivesse* a morrer, no fim de contas.

Estes pensamentos são compreensíveis. Para aqueles de nós que ficamos esgotados pelas crises aparentemente incessantes da era Trump, a teoria da bala única† (a que nos esquivámos) é reconfortante. Infelizmente, é também um equívoco. A ameaça que a democracia americana enfrentava nunca se limitou a ser um tirano com um aparente culto de seguidores. Os problemas são mais endémicos do que isso. Na verdade, estão profundamente enraizados nas nossas políticas. Até darmos atenção a esses problemas subjacentes, a nossa democracia continuará vulnerável.

Para reverter por completo o retrocesso democrático da América — e, crucialmente, para impedir que ele volte a acontecer

* Estados que podem cair, de modo imprevisível pelas sondagens, para qualquer um dos dois grandes partidos. [N. T.]

† Referência à «teoria da bala única» no assassinio do presidente John F. Kennedy em 1963, defendida pela Comissão Warren que investigou o crime, e segundo a qual uma única bala, disparada por Lee Harvey Oswald, teria matado o presidente e ferido igualmente o governador do Texas John Connally. [N. T.]

— temos de compreender o que o causou. Quais são as forças que levam um partido político centrista a voltar costas à democracia? É algo que não acontece muitas vezes, porém, quando acontece, pode destruir mesmo um sistema político bem estabelecido. Podemos tirar lições das experiências de outros países, mas também de episódios da nossa própria história — incluindo a reação autoritária do Partido Democrático sulista à Reconstrução após a Guerra Civil.

Temos também de compreender porque é que a América provou ser tão excepcionalmente propensa ao retrocesso. Esta questão obriga-nos a olhar a fundo para as instituições centrais da nossa própria democracia. Os eleitores reacionários são uma minoria nos Estados Unidos, tal como o são na Europa. Este é um ponto importante — e muitas vezes negligenciado. O Partido Republicano liderado por Trump, tal como os movimentos de direita radical em países europeus, representou *sempre* uma minoria política. Mas, ao contrário dos partidos de extrema-direita na Europa, conseguiu ascender a cargos políticos a nível nacional.

Isso leva-nos a outra verdade inquietante. Parte do problema que enfrentamos hoje reside em algo que muitos de nós veneramos: a nossa Constituição. A América tem a mais antiga constituição escrita do mundo. Um brilhante trabalho de artesanato político, ela tornou-se um alicerce para a estabilidade e para a prosperidade. E durante mais de dois séculos conseguiu refrear o poder de presidentes ambiciosos e excessivos. Mas as falhas da nossa Constituição colocam agora em perigo a nossa democracia.

Concebida numa era pré-democrática, a Constituição dos Estados Unidos permite a minorias partidárias frustrar rotineiramente maiorias, e por vezes até *controlá-las*. As instituições que empoderam minorias partidárias podem tornar-se instrumentos de governo minoritário. E são *particularmente* perigosas quando estão nas mãos de minorias partidárias extremistas ou antidemocráticas.

Pensadores eminentes dos séculos XVIII e XIX, de Edmund Burke a John Adams, passando por John Stuart Mill e Alexis de Tocqueville, preocuparam-se com o risco de a democracia se tornar uma «tirania da maioria» — um tal sistema poderia permitir que a vontade dos muitos esmagasse os direitos dos poucos. Isto pode ser um problema real: maiorias governamentais minaram a democracia na Venezuela e na Hungria do século XXI e ameaçam fazê-lo em Israel. Mas o sistema político americano refreou sempre com segurança o poder das maiorias. O que aflige a democracia americana hoje está mais perto de ser o problema oposto: as maiorias eleitorais muitas vezes não conseguem chegar ao poder, e quando chegam muitas vezes não conseguem governar. A ameaça mais iminente que enfrentamos hoje é, assim, o governo da minoria. Ao afastar a república com tanta intensidade da parede da tirania da maioria, os fundadores da América deixaram-na vulnerável à espada do governo da minoria.

Por que estão as ameaças à democracia americana a emergir *agora*, no início do século XXI? Afinal de contas, a Constituição existe há séculos. Compreender como aqui chegámos é uma das tarefas principais deste livro. A questão mais premente, contudo, é como sairmos daqui. Uma coisa é clara: as nossas instituições não salvarão a nossa democracia. Teremos de ser nós próprios a salvá-la.

CAPÍTULO 1

O MEDO DE PERDER

Na noite de 30 de outubro de 1983, enquanto os votos estavam a ser contados na primeira eleição democrática na Argentina numa década, os Peronistas reunidos no seu *bunker* de campanha de Buenos Aires estavam em estado de choque. «Quando é que os votos da cintura industrial chegam?», perguntavam nervosamente os líderes do partido. Mas os votos já tinham chegado. Pela primeira vez, os Peronistas — o partido da classe trabalhadora da Argentina — tinham perdido umas eleições livres.

«Não estávamos nada à espera», recorda Mario Wainfeld, então jovem advogado e ativista Peronista. Os Peronistas eram o partido dominante na Argentina desde que Juan Perón, ex-oficial do exército, ganhou pela primeira vez a presidência em 1946. Perón era uma figura populista talentosa que construiu o estado social na Argentina e quadruplicou o tamanho do seu movimento sindical, ganhando a profunda lealdade da classe operária. Essa lealdade persistiu, mesmo depois de ele ter sido derrubado num golpe militar em 1955 e exilado do país durante dezoito anos. Muito embora o Peronismo tenha sido interdito durante a maior parte das duas décadas seguintes, o movimento não só sobreviveu como manteve a sua força nas urnas — vencendo todas as eleições nacionais em que lhe foi permitido candidatar-se.

E quando um Perón envelhecido teve autorização de regressar e de se candidatar à presidência, em 1973, venceu facilmente, com 62 por cento dos votos. Morreu um ano depois, contudo, e em 1976 a Argentina foi vítima de outro golpe de estado e mergulhou numa ditadura militar que durou sete anos.

Mesmo assim, quando a democracia regressou em 1983, praticamente toda a gente esperava que o candidato Peronista, Italo Luder, prevalecesse.

Mas muita coisa tinha mudado na Argentina. Perón desaparecera e o declínio industrial destruíra centenas de milhares de empregos operários, dizimando as bases de classe trabalhadora do Peronismo. Ao mesmo tempo, os eleitores mais jovens e de classe média rejeitavam os chefes sindicais da velha guarda do Peronismo e, com a Argentina a emergir de uma brutal ditadura militar, a maioria deles preferiu Raúl Alfonsín, o candidato orientado para os direitos humanos da rival União Cívica Radical. Os líderes Peronistas tinham perdido o contacto com os eleitores argentinos. Apenas pioraram o problema ao escolher candidatos agressivos e desatualizados. O seu candidato a governador na toda-importante província de Buenos Aires, Herminio Iglesias, era conhecido pelos seus tiroteios com fações Peronistas rivais durante os violentos anos 1970. No último comício eleitoral dos Peronistas, dois dias antes das eleições, Iglesias exibiu-se proeminentemente no palco, em direto na televisão nacional, e incendiou um caixão com o símbolo da União Cívica Radical de Alfonsín — um ato violento que a maior parte dos argentinos, que acabavam de passar por uma década de repressão aterrorizadora, achou chocante.

Quando os primeiros resultados mostraram Alfonsín à frente na corrida de 1983, os líderes Peronistas, desesperadamente à procura de explicações, entraram brevemente num estado de negação. «Ainda não contaram os votos de La Matanza» (um bastião

Peronista de classe operária à saída de Buenos Aires), insistiu o chefe do partido Lorenzo Miguel. O candidato vice-presidencial Peronista, Deolindo Bittel, acusou mesmo as autoridades eleitorais de reterem os resultados dos bairros de classe trabalhadora. Pela meia-noite, contudo, era evidente que esses votos escondidos pura e simplesmente não existiam. Os Peronistas têm um ditado: «A única verdade é a realidade.» E a realidade era que tinham perdido.

A derrota foi difícil de engolir. Os líderes do partido, lambendo as feridas, começaram por se esconder da imprensa. Mas nenhum deles considerou sequer rejeitar os resultados. No dia seguinte, Luder, o candidato Peronista derrotado, juntou-se ao presidente eleito Alfonsín numa conferência de imprensa e felicitou-o. Quando os repórteres perguntaram a Luder sobre a derrota histórica do Peronismo, ele respondeu: «Todos os políticos têm de viver com o facto de as eleições poderem ter [...] resultados inesperados.»

Depois da eleição, os Peronistas mergulharam num aceso debate interno sobre o futuro do partido. Uma nova facção, conhecida por *Renovación* (Renovação), apelou à demissão da liderança estabelecida do partido, defendendo que o Peronismo teria de se adaptar às mudanças na sociedade argentina se queria voltar a vencer. O partido necessitava de alargar as suas bases e de encontrar maneira de chegar aos eleitores de classe média que se tinham sentido repugnados pelo Peronismo que incendiava eleições de 1983. Embora fossem ridicularizados pelos críticos internos como «Peronistas de fato e gravata», os líderes da Renovação acabaram por conseguir pôr de lado a velha guarda mais rude do Peronismo, descartando muitas das suas ideias retrógradas e melhorando a imagem do partido junto dos eleitores de classe média. O Peronismo venceu facilmente as duas eleições presidenciais seguintes.

É assim que a democracia deveria funcionar. Como o politólogo Adam Przeworski a definiu: «A democracia é um sistema no qual os partidos perdem eleições.» Perder custa, mas numa democracia é inevitável. E quando acontece os partidos têm de fazer o que os Peronistas fizeram: aceitar a derrota, ir para casa e depois descobrir como ganhar uma maioria nas eleições seguintes.

A norma de aceitar a derrota e de abdicar pacificamente do poder é o alicerce da democracia moderna. A 4 de março de 1801, os Estados Unidos tornaram-se a primeira república na história do mundo a viver uma transferência eleitoral de poder de um partido político para outro. Nesse dia, o presidente em exercício, John Adams, um dos líderes do Partido Federalista fundador da América, abandonou discretamente Washington, D.C., de carruagem, antes do amanhecer. O presidente eleito Thomas Jefferson, do Partido Democrático-Republicano rival, o homem que derrotara Adams nas eleições de 1800, foi empossado nas câmaras do Senado dos Estados Unidos várias horas mais tarde.

Esta transição era indispensável para a sobrevivência da nova república. Mas não era inevitável nem fácil. Em 1800, a norma de aceitar a derrota e passar o poder ao adversário ainda não fora estabelecida. A própria existência de uma oposição partidária era considerada ilegítima. Os políticos, incluindo muitos dos fundadores, igualavam-na à sedição e mesmo à traição. E como nenhuma transferência de poder alguma vez tivera lugar, era difícil imaginar que a oposição reciprocasse em eleições futuras. Passar o poder era um «mergulho no desconhecido».

A transição foi especialmente difícil para os Federalistas, que sofriam do que poderia ser designado como «dilema dos fundadores»: para que um novo sistema político ganhe raízes, os seus fundadores têm de aceitar o facto de que não podem mandar para sempre. Enquanto criadores da Constituição e herdeiros do legado

de George Washington, os líderes Federalistas como Adams e Alexander Hamilton consideravam-se os justos administradores da nova república. Viam os seus próprios interesses e os interesses da nação como uma e a mesma coisa, e recuavam perante a ideia de ceder o poder a opositores inexperientes.

A emergência dos Democratas-Republicanos, o primeiro partido de oposição da América, veio assim desafiar a estabilidade da nova nação. Sociedades Democratas-Republicanas tinham surgido originalmente na Pensilvânia e noutros estados em 1793. O movimento depressa se transmutou numa genuína oposição, sob a liderança de Jefferson e James Madison. Os Democratas-Republicanos distanciavam-se dos Federalistas em muitos assuntos prementes do momento, incluindo a política económica, a dívida pública e, acima de tudo, as questões de guerra e de paz. Consideravam os Federalistas como quase-monárquicos («monocratas») e receavam que as aberturas diplomáticas de Adams à Grã-Bretanha constituíssem um esforço encapotado de restaurar o domínio britânico sobre a América.

Bastantes Federalistas, por outro lado, viam os Democratas-Republicanos como nada menos que traidores. Suspeitavam que eles fossem simpatizantes do governo revolucionário de França — numa altura em que as crescentes hostilidades entre os Estados Unidos e a França colocavam uma verdadeira ameaça de guerra. Os Federalistas receavam que «inimigos internos» Republicanos ajudassem uma invasão francesa. Estes medos foram reforçados por revoltas de escravos no Sul. Os Federalistas defendiam que as rebeliões de escravos — como a Rebelião de Gabriel na Virgínia em meados de 1800* — eram inspiradas pelos Republicanos e pela sua ideologia, como parte do que os jornais Federalistas chamavam «o verdadeiro plano francês.»

* Uma revolta de escravos planeada por um ferreiro escravizado de Richmond, da qual as autoridades tiveram conhecimento antecipado, e que viria a influenciar desmedidamente as leis esclavagistas por todo o Sul. [N. T.]

Ao princípio, os Federalistas tentaram destruir os seus adversários. Em 1798, o Congresso aprovou as Leis dos Estrangeiros e da Sedição, que foram usadas para encarcerar políticos Democratas-Republicanos e editores de jornais que criticavam o governo federal. As leis polarizaram ainda mais o país. A Virgínia e o Kentucky declararam-nas sem efeito nos seus territórios, o que foi entendido pelos Federalistas como sedição. Vendo o comportamento da Virgínia como parte de uma «conspiração» com o intuito de ajudar a França, Hamilton apelou à administração de Adams para reunir uma «força militar sólida» que pudesse ser «enviada para a Virgínia». Em resposta, a legislatura estadual da Virgínia começou a armar a sua própria milícia.

O espectro da violência — até mesmo da guerra civil — pairava sobre a jovem república na véspera das eleições de 1800. A desconfiança mútua, alimentada pela animosidade partidária, fez perigar as perspetivas de uma transferência de poder pacífica. Como o descreveu o historiador James Sharp: «os Federalistas e os Republicanos estavam dispostos a acreditar que os seus adversários eram capazes de praticamente qualquer ato, por mais traiçoeiro ou violento que fosse, a fim de ganharem ou manterem o poder.»

De facto, os líderes Federalistas exploraram maneiras de subverter o processo eleitoral. No Senado, aprovaram uma lei para estabelecer uma comissão composta por seis membros de cada câmara do Congresso (que estava dominado pelos Federalistas) e pelo juiz presidente do Supremo Tribunal para «decidir quais os votos a contar e quais a rejeitar». Hamilton encorajou o governador de Nova Iorque, John Jay, a convocar uma sessão especial da legislatura estadual (dominada pelos Federalistas) em exercício para poder aprovar uma lei que transferia a autoridade da nomeação de eleitores da legislatura vindoura (dominada pelos Democratas-Republicanos) para o governador Jay, que

era Federalista. Numa carta que exsudava animosidade para com os seus rivais, Hamilton abraçou o tipo de políticas duras que, como demonstrámos em *Como Morrem as Democracias*, podem arrasar uma democracia. Hamilton escreveu:

Em tempos como estes em que vivemos não basta ser excessivamente meticuloso. É fácil sacrificar os interesses substanciais da sociedade a uma adesão estrita às regras comuns [...] [Mas] elas não devem impedir a tomada de um passo *legal e constitucional* para que um *ateu* religioso e um *fanático* político não tomem posse do leme do Estado.

Os Federalistas nunca puseram realmente em prática estes planos, mas a sua simples disponibilidade para os contemplar mostra como era difícil para o primeiro partido em exercício na América aceitar a derrota.

A disputa de 1800 também foi quase descarrilada por um sistema eleitoral cheio de defeitos. Em dezembro, depois de os votos serem contados, o Colégio Eleitoral entregou um resultado vexatório: se Adams tinha claramente perdido, os dois candidatos Democratas-Republicanos, Jefferson (o suposto candidato presidencial do partido) e Aaron Burr (o suposto candidato vice-presidencial) deram por si num inesperado empate, com 73 votos eleitorais cada. Isto enviou a eleição para a Câmara dos Representantes em exercício, onde os Federalistas ainda mantinham a sua maioria.

Embora Adams tivesse aceitado relutantemente a sua derrota e estivesse preparado para regressar ao seu lar de Quincy, no Massachusetts, muitos Federalistas viram uma oportunidade para recorrer a táticas duras para se manterem no poder. Alguns sugeriram a ideia de novas eleições. Outros queriam eleger Burr, presumivelmente em troca de um papel Federalista numa sua

futura administração. Uma tal jogada era completamente legal, mas como os vitoriosos Democratas-Republicanos tinham claramente pretendido que Jefferson fosse o presidente e Burr o vice-presidente, isso teria, nas palavras de um jornal da altura, violado «o espírito da Constituição [que] exige que seja feita a vontade do povo». Uma ideia ainda mais controversa emergiu em círculos Federalistas nesse mês de dezembro: prolongar o debate para lá da data da tomada de posse de 4 de março de 1801, o que, nas palavras do senador *Gouverneur* Morris, «atiraria o Governo para as Mãos de um Presidente [temporário] do Senado» — um Federalista. Uma tal jogada, que Jefferson invetivou como «fazer esticar a Constituição», teria quase certamente desencadeado uma crise constitucional.

A análise por parte dos líderes Federalistas destas táticas duras reforçou os receios Democratas-Republicanos de que os Federalistas planeavam «usurpar» ilegalmente o poder. Isto levou Jefferson e os seus aliados a contemplarem, nas próprias palavras de Jefferson, a «resistência pela força». Os governadores da Pensilvânia e da Virgínia mobilizaram as suas milícias e ameaçaram sair da união se a eleição de Jefferson fosse bloqueada.

Na manhã nevada de 11 de fevereiro de 1801, a Câmara dos Representantes reuniu-se para resolver o empate do Colégio Eleitoral. A Constituição estipulava que cada uma das 16 delegações estaduais dispunha de um único voto, e que era necessária uma maioria de nove votos para a vitória. Durante seis dias dolorosos, ao longo de 35 votações, os resultados mantiveram-se inalterados: repetidamente, oito estados votaram em Jefferson, seis em Burr, e dois estados não conseguiram chegar a um consenso dentro das suas delegações e, por isso, abstiveram-se. Pelo menos um Federalista teria de votar em Jefferson para quebrar o impasse. Finalmente, no sexto dia, o congressista Federalista James Bayard do Delaware (único representante do estado) anunciou que retirava

o seu apoio a Burr, provocando gritos de «Desertor!» no plenário da câmara. O Delaware, que apoiara Burr, iria agora abster-se. Em breve o Maryland e o Vermont, que se tinham estado a abster, votaram a favor de Jefferson, dando-lhe uma sólida maioria de dez estados. Duas semanas mais tarde, Jefferson foi empossado como presidente.

Porque é que os Federalistas cederam? Numa carta endereçada a um amigo, Bayard explicou que mudou o seu voto porque receava que a alternativa a Jefferson fosse o colapso constitucional ou mesmo a guerra civil. Escreveu:

Alguns dos nossos Cavalheiros [Federalistas], por desregrado ódio a Jefferson, estavam dispostos a seguir até aos mais desesperados extremos. Estando perfeitamente resolvido a não arriscar a constituição ou uma guerra civil, soube que era chegado o momento em que era necessário tomar um Passo decidido.

Relutantemente, então, a administração Adams supervisionou a primeira transferência de poder da América. Não foi inteiramente pacífica (a ameaça da violência pairou permanentemente) nem inevitável. Mas, ao aceitarem a derrota, abandonando o cargo, os Federalistas deram um passo decisivo na solidificação do sistema constitucional que acabaria por se tornar a democracia americana.

Uma vez que os partidos aprendam a perder, a democracia pode enraizar-se. E uma vez a democracia enraizada, a alternância no poder torna-se de tal modo rotineira que as pessoas já a tomam como certa. Em dezembro de 2021, setenta anos depois de a democracia alemã ter sido restabelecida após a Segunda Guerra Mundial, a chanceler de longa data do país, Angela Merkel, reformou-se do cargo. Nesse outono, a sua União Democrata Cristã tinha sido derrotada pelos Social-Democratas na oposição.

A simples tomada de posse do novo chanceler Social-Democrata pareceu mais uma cerimônia de casamento civil num gabinete notarial, marcado pela assinatura de papéis e entrega de documentos. Os observadores estavam mais preocupados por poderem apanhar a mais recente variante de covid-19 do que com a possibilidade de violência ou de uma conquista ilegal do poder. Quando o novo chanceler Olaf Scholz se encontrou com o seu adversário derrotado, o Democrata Cristão Armin Laschet, no plenário do edifício do Reichstag, cumprimentaram-se com um amigável «dá cá mais cinco».

Como é que uma democracia chega ao ponto em que a Alemanha está hoje, na qual a transferência de poder é isenta de dramas? O que permite que a norma da aceitação da derrota se estabeleça?

Duas condições ajudam. Primeira: os partidos têm uma maior probabilidade de aceitar a derrota quando acreditam que têm uma hipótese razoável de voltar a vencer no futuro.

Os Peronistas podem ter ficado chocados pela sua derrota eleitoral de 1983, mas continuaram a ser o maior partido da Argentina, com mais filiados do que todos os outros partidos somados. Confiantes de que podiam voltar a ganhar, muitos Peronistas de topo decidiram rapidamente começar a pôr isso em prática. Carlos Menem, que acabara de ser eleito governador da pequena província a noroeste de La Rioja, começou a preparar a sua candidatura presidencial pouco depois da derrota do seu partido em 1983. Menem acabaria por chegar à presidência em 1989 e os Peronistas venceriam quatro das cinco eleições presidenciais que se seguiram.

Embora a incerteza quanto ao futuro dos líderes Federalistas tenha tornado a transição americana de 1801 mais difícil, muitos deles acabaram por demonstrar confiança de voltar em breve ao poder. «Ainda não estamos mortos», declarou um Federalista três

dias após a posse de Jefferson. Fisher Ames aconselhou os seus colegas Federalistas a aceitarem o seu novo estatuto de oposição, porque «rapidamente regressariam a uma posição cimeira, e estariam prontos a retomar as rédeas da governação com grande vantagem». Do mesmo modo, Oliver Wolcott Jr., secretário do Tesouro de Adams, esperava que os Federalistas «continuassem a ser um partido, e em curto tempo reconquistemos a nossa influência». Com efeito, um Federalista da Nova Jérсия que recentemente começara a construir uma nova casa declarou que suspenderia a sua construção até os Federalistas regressarem ao poder. (Isto provou ser um erro.)

Uma segunda condição que ajuda os partidos a aceitar a derrota é a convicção de que perder o poder não trará uma catástrofe — que uma mudança de governo não ameaçará as vidas, a subsistência ou os princípios mais acarinhados do partido que sai e dos seus constituintes. As eleições parecem muitas vezes ser batalhas de alto risco, mas se o risco for *demasiado* elevado, e se os partidos perdedores recearem perder *tudo*, mostrar-se-ão relutantes em abdicar do poder. Por outras palavras, é um medo desproporcionado de perder que vira os partidos contra a democracia.

A redução dos riscos foi crítica para a transição de 1801 nos Estados Unidos. Por entre a campanha polarizada, muitos Federalistas desprezaram os Republicanos como uma ameaça existencial, associando uma vitória de Jefferson a uma revolução de estilo jacobino que condenaria os Federalistas à pobreza e ao exílio ou, pior ainda, os levaria a «chafurdar em sangue», nas palavras do senador Federalista Uriah Tracy. No fim de contas, contudo, Hamilton e outros líderes fundadores reconheceram que Jefferson era um pragmático que trabalharia no seio do sistema existente. Como Rufus King escreveu a um amigo Federalista durante a campanha, «não tenho qualquer noção de que o nosso Governo ou a segurança das nossas propriedades possa ou venha a ser,

em qualquer grau material, afetada» por uma vitória de Jefferson. As negociações de bastidores parecem ter convencido os principais Federalistas de que as suas prioridades mais estimadas — como a Marinha, o Banco dos Estados Unidos e a dívida nacional — seriam protegidas sob Jefferson. Por precaução, os Federalistas de saída preencheram os tribunais, criando 16 novas magistraturas federais e preenchendo-as com aliados. Os Federalistas abandonaram assim o poder acreditando que uma presidência de Jefferson não seria calamitosa. Ao ouvir o conciliatório discurso inaugural de Jefferson, Hamilton concluiu que «o novo presidente não se entregará a inovações perigosas, mas nos pontos essenciais seguirá as pegadas dos seus predecessores».

Aceitar a derrota torna-se mais difícil quando os partidos estão receosos — receosos de não serem capazes de voltar a vencer no futuro ou, mais fundamentalmente, de perderem mais do que apenas uma eleição. Quando a derrota parece ser uma ameaça existencial aos políticos ou aos seus constituintes, eles tentam desesperadamente evitá-la.

Tais medos vêm muitas vezes ao de cima em períodos de mudanças sociais de grande envergadura.

Os estudos de psicologia política ensinam-nos que o estatuto social — a nossa posição em relação aos outros — pode moldar poderosamente as atitudes políticas. Medimos muitas vezes o nosso estatuto social em termos do estatuto dos grupos com os quais nos identificamos. Esses grupos podem basear-se na classe social, na religião, na região geográfica, na raça ou na etnia, e a sua situação na hierarquia social mais generalizada afeta grandemente o nosso próprio sentimento individual de valor próprio. As mudanças económicas, demográficas, culturais e políticas podem desafiar as hierarquias sociais existentes, elevando o estatuto de alguns grupos e, inevitavelmente, reduzindo o estatuto relativo de outros. Aquilo a que a autora Barbara Ehrenreich chamou

«medo de cair» pode ser uma força poderosa. Quando um partido político representa um grupo que se percebe a si próprio como estando a perder terreno, muitas vezes radicaliza-se. Com o modo de vida dos seus constituintes aparentemente em risco, os líderes do partido sentem pressão para ganhar a qualquer preço. Perder deixa de ser aceitável.

O medo existencial impediu a emergência da democracia na Alemanha do início do século xx. Nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, a Alemanha imperial era apenas uma democracia parcial, ainda dominada por um pequeno círculo de aristocratas, industriais e burocratas de elevado estatuto. Existiam eleições nacionais, mas o verdadeiro poder residia na Prússia, cujas regras de sufrágio altamente restritivas favoreciam em excesso os ricos: um sistema eleitoral nivelado dava na prática mais votos aos abastados. Antes de 1903, não existia voto secreto; o voto aberto permitia às elites e aos funcionários governamentais locais manter sob observação o modo como as suas comunidades votavam. Mesmo após 1903, os terratenentes e os industriais pressionavam os funcionários governamentais a adulterar os votos.

Havia uma grande exigência pública de reformas políticas. A Alemanha era uma economia industrial com uma grande classe média e uma sociedade civil robusta. Contudo, os reformistas democráticos confrontavam-se com uma elite conservadora reacionária, minguante, e por isso cada vez mais aterrorizada. Há muito dependentes de um sistema eleitoral manipulado, os conservadores alemães e os seus aliados terratenentes estavam convictos de que qualquer mexida nas regras eleitorais diluiria o seu poder e traria uma derrota eleitoral. E uma derrota eleitoral, acreditavam, apressaria o fim de toda a ordem aristocrática. A democracia, assim, constituía uma ameaça a tudo o que representavam. Os grandes proprietários rurais receavam perder o controlo sobre a mão de obra barata no campo. Receavam perder as tarifas

protecionistas que sustentavam o seu sistema agrícola antiquado. Os proprietários de fábricas nas zonas industriais em crescimento receavam perder o controlo dos operários que estavam a ser incentivados pelo crescente movimento sindical.

Em resumo, os conservadores prussianos receavam mais do que perder eleições. Receavam perder a sua posição dominante na sociedade. Em maio de 1912, durante um último esforço pré-guerra de reformar o sistema eleitoral da Prússia, o líder Conservador prussiano Ernst von Heydebrand tomou a palavra no parlamento e defendeu apaixonadamente a velha ordem, insistindo que «o governo das massas indiferenciadas [...] é um ataque às leis mais básicas da natureza!». Durante a Primeira Guerra Mundial, o general Erich Ludendorff, proeminente funcionário governamental, encarnou a forma mais extrema do conservadorismo alemão. Escrevendo a um amigo, Ludendorff descreveu a democracia como «um terror sem fim». «Com igual direito ao voto não podemos viver», escreveu. «Seria pior do que perder uma guerra!»

Assim, os conservadores alemães votaram uma e outra vez (num total de 16 vezes) para bloquear a reforma política. Movidos por um medo arreigado da classe operária e do socialismo, resistiram à democratização até aos últimos dias da Primeira Guerra Mundial.

Os conservadores alemães nunca aprenderam realmente a perder até depois da Segunda Guerra Mundial. Mas, ocasionalmente, mesmo partidos democráticos estabelecidos perdem a capacidade de perder. Para ver como e porquê, consideremos um cenário muito diferente: a Tailândia do século XXI. O país tem uma história política instável, com mais de uma dúzia de golpes militares desde os anos 1930. Nos anos 1990, contudo, a democracia parecia estar a consolidar-se. Manifestações populares tinham posto

fim ao governo militar, e o Partido Democrático, de bases de classe média, opositor de longa data dos militares, triunfou nas eleições de 1992. Uma nova constituição, uma década de crescimento económico de dois algarismos, e uma classe média em expansão e com cada vez mais autoconfiança contribuíram todos para que o futuro democrático da Tailândia parecesse brilhante. Alguns observadores até assumiram que a Tailândia estava a caminho de se juntar às fileiras de outras democracias abastadas da Ásia Oriental, como o Japão, a Coreia do Sul e Taiwan.

Mas as coisas deram para o torto no início do século XXI. Uma sucessão de golpes militares destruiu a democracia em embrião da Tailândia e devolveu às Forças Armadas uma posição de domínio. E, surpreendentemente, o Partido Democrático, que liderara o combate pela democracia na década de 1990, aceitou tais golpes. O que aconteceu?

Um momento significativo teve lugar no primeiro domingo de fevereiro de 2014. Era dia de eleições. Em Bangucoque, uma cidade gigantesca de dez milhões de habitantes, chegar às urnas fora sempre difícil. Mas neste dia foi mais difícil do que o normal. Manifestantes, oriundos principalmente das classes médias educadas da Tailândia, entupiam as ruas. Ao longo de meses, os manifestantes tinham estado a organizar encontros festivos nas praças centrais, centros comerciais e principais cruzamentos de Bangucoque. Discursos políticos misturavam-se com música ao vivo e exibições de televisão em grandes ecrãs públicos. Estudantes universitários e trabalhadores de regresso a casa dos seus empregos de escritório reuniam-se nas ruas com bandeiras tailandesas pintadas nos rostos, posando para *selfies* destinadas às suas páginas de Facebook. Atores, estrelas *pop* e descendentes de algumas das mais abastadas e famosas famílias tailandesas marcaram presença. Num momento significativo do radicalismo chique, Chitpas Bhirombhakdi, a herdeira de 28 anos da fortuna

familiar da cerveja Singha, no valor de 2,6 mil milhões de dólares, conduziu um *bulldozer* através das barreiras policiais. Quando os agentes começaram a usar gás lacrimogéneo, ela publicou na sua conta do Instagram fotografias em que aparecia a lavar os olhos aos seus compatriotas. «Gente que normalmente víamos nas páginas de sociedade estava presente», disse o editor da revista de moda de Bangueteo *Thailand Tatler* a um jornalista da Reuters. «Toda a gente das grandes famílias costumava ser conhecida pela “minoría silenciosa”. Pois agora já não o são.»

Apesar da atmosfera festiva, estes encontros tinham um objetivo sério: os manifestantes apelavam à demissão da primeira-ministra eleita, Yingluck Shinawatra, que atacavam como corrupta. E agora que a primeira-ministra Yingluck tinha convocado eleições, os manifestantes saíam à rua para se lhes *opor*. Muitos dos organizadores do movimento, surpreendentemente, vinham do Partido Democrático. Liderado pelo ex-secretário geral do Partido Democrático, Suthep Thaugsuban, um grupo chamado Comité Popular de Reforma Democrática (CPRD) organizara uma elaborada campanha para impedir que as eleições se realizassem sequer. Ativistas do CPRD e do Partido Democrático impediram fisicamente candidatos de se registarem, e líderes de protesto apelaram ao boicote das eleições. Os Democratas — aparentemente em coordenação com os manifestantes — acabaram por decidir ficar de fora das eleições em protesto, e dois dias antes de as urnas abrirem uma equipa de advogados ao serviço dos Democratas fez uma petição ao Tribunal Constitucional para a eleição ser declarada inválida. No dia das eleições, os manifestantes interferiram com a distribuição de boletins de voto, pressionaram funcionários eleitorais a fechar assembleias de voto e intimidaram os eleitores. A votação foi perturbada em praticamente um em cada cinco distritos. Em muitos casos, os funcionários eleitorais pura e simplesmente não conseguiam atravessar as multidões

de manifestantes para chegar às assembleias de voto. Eleitores frustrados faziam fila, com os seus cartões de eleitor nas mãos, cantando «Eleição! Eleição! Queremos votar hoje!». Mas os manifestantes maioritariamente de classe média de Bangueoque tinham desistido das eleições. Um dos seus *slogans*, proposto pela magnata do imobiliário Srivara Issara enquanto se entregava por inteiro ao movimento de protesto, era «A retidão moral está acima da democracia!».

Os manifestantes conseguiram perturbar as eleições de fevereiro de 2014, e o Tribunal Constitucional acabou por anulá-las. Em maio, a primeira-ministra Yingluck foi impugnada por um pormenor técnico. Duas semanas depois, as Forças Armadas, com a bênção do rei, declararam a lei marcial, descartaram a constituição e estabeleceram uma junta chamada Conselho Nacional para a Paz e Ordem, acabando com a democracia tailandesa. Os ativistas do CPRD festejaram, entregando rosas aos soldados e agradecendo-lhes pelo seu serviço. «É um dia de vitória», disse o líder dos protestos, Samdin Lertbutr. «As Forças Armadas cumpriram o seu papel. E nós cumprimos o nosso papel.» Os Democratas juntaram-se mais tarde ao governo liderado pelos militares, e ao fazê-lo apoiaram *de facto* o golpe.

Como é que um partido centrista de classe média como os Democratas tailandeses, que se considerara desde sempre paladino da democracia, acabou a rejeitar eleições e a aceitar um golpe militar?

Os Democratas eram um partido de profissionais liberais, estudantes universitários e eleitores urbanos de classe média — do tipo que aparecia nas manifestações do CPRD. As suas bases concentravam-se em Bangueoque e em zonas do sul da Tailândia. Mas Bangueoque é apenas uma pequena ilha num país de 70 milhões de habitantes, e os Democratas nunca fizeram um esforço sério para apelar aos pobres cultivadores de arroz,

operários agrícolas, condutores de táxis, pequenos merceeiros e outros eleitores rurais e de pequenas povoações que polvilham o coração do país, a norte de Bangucoque. Durante muitos anos, isto não tinha grande importância. Os milhões de eleitores no centro provincial da Tailândia não tinham qualquer lealdade estável à multiplicidade de partidos nacionais na longínqua Bangucoque, e os seus votos eram muitas vezes comprados pelos negociantes políticos locais. Esta fragmentação permitiu aos Democratas manterem-se competitivos, mesmo maioritariamente confinados a Bangucoque e ao sul. Mas as coisas mudaram em finais dos anos 1990. A crise financeira asiática de 1997 corroeu o apoio público aos partidos centristas, sobretudo aos Democratas, permitindo ao magnata empresarial Thaksin Shinawatra e ao seu recém-formado partido Thai Rak Thai (Tailandeses Amam Tailandeses) arrebatar a vitória nas eleições de 2001.

Thaksin foi um primeiro-ministro controverso, cujo governo enfrentou inúmeras alegações de corrupção. Mas foi também um político astuto, que compreendeu que políticas dirigidas às regiões rurais mais pobres do norte do país poderiam ser eleitoralmente recompensadoras. Em 2001, Thaksin fez campanha com um novo «contrato social» que incluía uma moratória de três anos sobre as dívidas dos agricultores, bolsas para ajudar as aldeias a diversificar as suas economias para lá do cultivo do arroz, e um ambicioso programa de cuidados de saúde universais. E cumpriu-o. O seu governo gastou milhares de milhões de dólares em políticas públicas dirigidas aos eleitores mais pobres, tornando a Tailândia um dos primeiros países de rendimento médio do mundo com cuidados de saúde universais. As taxas de pobreza caíram dramaticamente, sobretudo nas áreas rurais, e pela primeira vez em décadas os níveis de desigualdade também baixaram.

As políticas sociais de Thaksin compensaram nas urnas. Nas eleições de 2005, o seu partido Thai Rak Thai obteve uns espantosos

60 por cento dos votos, quase triplicando o resultado dos Democratas, que ficaram em segundo. De repente, os Democratas não conseguiam competir. Quando Thaksin, enfrentando críticas crescentes aos seus negócios financeiros, convocou novas eleições parlamentares em 2006, os Democratas começaram a hesitar no seu empenho nas normas democráticas. Boicotaram as eleições (Thaksin voltou a ter uma vitória esmagadora), e pouco depois as eleições foram invalidadas pelo Tribunal Constitucional. Alguns meses mais tarde, as Forças Armadas tomaram o poder num golpe, forçando Thaksin a fugir para o exílio para escapar à prisão. Embora as Forças Armadas tivessem marcado novas eleições para 2007, interditaram o partido Thai Rak Thai de Thaksin.

A interdição não resultou. As eleições de 2007 foram ganhas pelo Partido do Poder Popular, um novo partido que fazia as vezes do Thai Rak Thai e do exilado Thaksin. Quando também esse partido foi dissolvido, os apoiantes de Thaksin reagruparam-se num terceiro partido, o Pheu Thai. Sob a liderança da irmã de Thaksin, Yingluck Shinawatra, venceram as eleições parlamentares de 2011, obtendo quase o dobro dos assentos dos Democratas.

Os Democratas pareciam agora incapazes de ganhar eleições livres e justas. Apesar dos seus laços estreitos com a monarquia e o apoio do *establishment* tailandês, perderam cinco vezes de seguida entre 2001 e 2011.

Mas não foi apenas a futilidade eleitoral dos Democratas que levou os seus apoiantes instruídos, profissionais liberais e de classe média às ruas em 2013 e 2014. Nem foi apenas a fúria dos seus eleitores quanto à alegada corrupção no governo de Yingluck ou uma proposta de lei de amnistia que permitiria ao exilado Thaksin regressar à Tailândia. A raiva tinha raízes mais profundas: a elite de Bangucoque estava cada vez mais ressentida com a alteração no equilíbrio de poder, riqueza e estatuto na sociedade tailandesa.

Esta elite ocupava, há muito tempo, o topo das hierarquias políticas, económicas e culturais da Tailândia. As universidades mais prestigiadas ficavam em Bangucoque. Os ricos enviavam os seus filhos para estudar aí ou em universidades no Reino Unido ou nos Estados Unidos. Estas instituições de elite eram, por seu lado, o trajeto principal para alcançar posições de prestígio no setor privado e no governo. Embora os governos fossem e viessem com notável frequência no século xx, o círculo de elites de elevado estatuto manteve-se estável — e fechado.

Isto começou a mudar sob Thaksin. Desde 2001 que a percentagem dos rendimentos nacionais dos pobres tinha vindo a aumentar, reduzindo a desigualdade, mas apertando as classes médias urbanas. Thaksin e Yingluck tinham mobilizado os pobres da província como ninguém o tinha feito antes, desconsiderando o mundo confortável centrado em Bangucoque que dominara a política tailandesa durante décadas. Muito embora a reputação de Thaksin tenha sido manchada por acusações de corrupção, evasão fiscal e abuso de poder, o sucesso eleitoral continuado do seu movimento não deixava dúvidas quanto ao seu apelo popular duradouro.

O que abalou verdadeiramente a elite política e social de Bangucoque nas vitórias de Thaksin, então, foi *quem* estava a ganhar do outro lado. A herdeira da cerveja Singha de Bangucoque, Chitpas Bhirombhakdi, a sofisticada manifestante nos protestos de 2014, resumiu esse sentimento ao declarar, numa entrevista ao *Japan Times*, que faltava aos tailandeses uma «verdadeira compreensão» da democracia, «sobretudo nas zonas rurais». Outro manifestante proeminente, Petch Osathanugrah, figura cultural bem conhecida e presidente de uma empresa tailandesa de bebidas energéticas, disse a um repórter: «Não sou verdadeiramente a favor da democracia [...] Não creio que estejamos prontos para ela. Precisamos de um governo forte como o chinês ou

o de Singapura — quase como uma ditadura, mas para o bem do país.» A maioria dos manifestantes partilhava desta opinião. Numa sondagem de 2014, perguntou-se a 350 manifestantes se concordavam com a frase «Os tailandeses ainda não estão prontos para terem direitos de voto iguais». Apenas 30 por cento dos entrevistados disseram que a frase «ofende seriamente os princípios da democracia», enquanto 70 por cento concordaram com a frase ou disseram «Temos de aceitar a sua realidade».

Para muitos tailandeses de estatuto mais elevado, esta resistência à democracia era motivada por um medo de serem substituídos. Se as classes médias urbanas tinham em tempos sido as protetoras das normas democráticas na Tailândia, na primeira década do século XXI, como observou o analista Marc Saxer, rapidamente

deram por si a ser a [...] minoria. Mobilizada por hábeis empreendedores políticos, era agora a periferia que ganhava facilmente todas as eleições. Ignorando a ascensão de uma classe média rural exigindo participação total na vida social e política, a classe média ao centro interpretou as exigências de direitos iguais e bens públicos como «os pobres a serem gananciosos».

Era este o sentimento que alimentava os manifestantes em 2013–2014. O seu objetivo principal, segundo o politólogo Duncan McCargo, era regressar a «uma era pré-Thaksin imaginada na qual a rede governante e os seus apoiantes ainda podiam mandar e os eleitores provinciais podiam ser marginalizados».

Muitos dos grupos de classe média que tinham pressionado a favor da democracia nos anos 1990 estavam agora assustados com as suas consequências. Foi por isso que, quando a primeira-ministra Yingluck tentou desarmar as manifestações convocando novas eleições para 2014, os Democratas repudiaram a sua

convocação e boicotaram essas eleições. Com efeito, não havia nada que os manifestantes e os seus aliados Democratas tailandeses *mais* receassem do que eleições livres e justas. Foi também por isso que os Democratas, que em tempos se haviam oposto a golpes militares e ao poder real absolutista, apoiaram discretamente o golpe de 2014 e mais tarde se juntaram ao governo liderado pelos militares. Quando a democracia originou um movimento que desafiou o domínio social, cultural e político da elite de Banguete, os Democratas viraram-se contra a democracia.

O medo é o que muitas vezes gera a viragem para o autoritarismo. O medo de perder o poder político e, talvez mais importante, o medo de perder o seu estatuto dominante na sociedade. Mas se o medo pode levar os partidos centristas a virarem-se contra a democracia, o que os leva ele exatamente a fazer? Na Tailândia, os atacantes da democracia eram fáceis de identificar: pela 12.^a vez na história do país, os líderes militares tomaram o poder. Mas em democracias mais estabelecidas, os métodos são muitas vezes mais difíceis de ver e mais difíceis de parar.

CAPÍTULO 2

A BANALIDADE DO AUTORITARISMO

No final de janeiro de 1934, os parisienses estavam agitados. Passara pouco mais de uma década desde que a França emergira vitoriosa da Primeira Guerra Mundial. A maioria dos seus cidadãos acostumara-se a pensar no seu país, a mais antiga democracia da Europa, como um modelo para o resto do continente. Em 1934, contudo, o mundo parecia desequilibrado. A Grande Depressão, uma série de proeminentes escândalos de corrupção, agitação crescente nas ruas, e um período de instabilidade governamental — 13 primeiros-ministros em cinco anos — deixaram um segmento crescente da população a sentir-se zangado e descontente.

Na tarde de 6 de fevereiro de 1934, dezenas de milhares de jovens furiosos, maioritariamente membros de associações de ex-combatentes e milícias (ou «ligas») de extrema-direita com nomes como Jovens Patriotas, Ação Francesa e Croix de Feu (Cruz de Fogo) reuniram-se na ou perto da proeminente Place de la Concorde, na margem oposta do Sena em relação ao edifício do parlamento nacional de França. Embora os grupos divergissem nas suas ideologias e objetivos, unia-os a hostilidade à democracia parlamentar. Alguns deles eram quase fascistas, emulando os Camisas Negras de Mussolini. Os Jovens Patriotas, por exemplo,

admiravam o fascismo italiano e marchavam muitas vezes pelas ruas com boinas e casacos azuis. Alguns grupos procuravam encerrar o parlamento e substituí-lo por um «ministério da segurança pública» ou mesmo por um governo Bonapartista restaurado. Outros pretendiam apenas bloquear a contagem oficial dos votos dentro do edifício do parlamento, na esperança de instalarem um governo de tendência direitista. Mas todos os grupos se viam a si próprios como patriotas — adotando *slogans* como «A França para os Franceses» — e pintavam os seus rivais liberais e socialistas como fracos e mesmo traidores.

Nessa noite, os acontecimentos descarrilaram da pior maneira. Uma turba crescente dirigiu-se para o parlamento e para os seus ocupantes. Um autocarro foi incendiado. Dezenas de milhares de manifestantes atiraram cadeiras, baias de metal e pedras. Armados com postes longos com lâminas na ponta, gritaram e marcharam pela praça em direção ao edifício do parlamento. A polícia a cavalo chegou, rechaçando-os. Os manifestantes usaram os seus postes longos para golpear as pernas aos cavalos. Dentro das câmaras parlamentares podiam-se ouvir tiros no exterior. «Estão a disparar!», gritou um deputado. No interior, os deputados sentiam-se assombrados pelos cânticos «Enforquem os deputados!» que tinham sido ouvidos fora do parlamento apenas dias antes. Alguns procuraram abrigo ao ouvir um deputado gritar «Estão a atacar as portas das câmaras!». Os jornalistas no interior do edifício refugiaram-se na galeria de imprensa, pendurando no exterior um letreiro escrito à mão que dizia «Aviso aos Manifestantes: Aqui Não Há Deputados!». Um jornalista do *Guardian* de Manchester, escondido na galeria de imprensa, telefonou aos seus editores para entregar a sua peça enquanto os acontecimentos se desenrolavam. As suas palavras frenéticas apareceram na primeira página do *Guardian* no dia seguinte:

Telefone-vos de uma fortaleza cercada. Ninguém consegue sair da Câmara dos Deputados. Toda a zona do lado sul do rio adjacente à Câmara está isolada por um cordão de segurança da polícia e enquanto vos falo milhares de amotinados estão a tentar atravessar a barricada de carrinhas policiais [para entrar na câmara].

Chegou mais polícia. Finalmente, pelas 22h30, a polícia repe- liu os esforços para forçar as portas do parlamento. Por essa altura, várias pessoas tinham morrido. Centenas de outras estavam feridas. Os deputados tiveram de se esgueirar pelas traseiras, recendo pelas suas vidas. Um ministro tentou fugir mas foi descoberto por manifestantes, que o arrastaram até ao rio, cantando «Atirem-no ao Sena!» (Foi salvo por agentes da polícia que por acaso estavam por perto.)

A democracia em França sobreviveu ao ataque de 6 de fevereiro de 1934. Mas ficou gravemente enfraquecida. O primeiro-ministro Édouard Daladier demitiu-se imediatamente. Foi substituído por Gaston Doumergue, um político de direita que era considerado aceitável pelas ligas. O objetivo de alguns dos insurretos tinha sido alcançado: o governo de centro-esquerda de Daladier fora derrubado pela pressão das ruas. Os extremistas de direita sentiram-se encorajados e mobilizados.

Muitos políticos franceses responderam a estes eventos tumultuosos com indignação. O presidente Albert Lebrun, um conservador moderado, denunciou o motim como um «ataque às instituições republicanas». Os partidos da esquerda (socialistas e comunistas) e o centro liberal (os Radicais) condenaram conjuntamente o ataque. Embora estes partidos estivessem claramente divididos quanto a uma série de questões antes de 6 de fevereiro, chegaram então a uma reconciliação, preocupados por o motim poder ser um prenúncio do fascismo. Mesmo os comunistas da

extrema-esquerda, alguns dos quais tinham marchado contra a república a 6 de fevereiro, cerravam agora fileiras com os socialistas e os liberais.

No entanto, o principal partido conservador de França, a Federação Republicana, mostrou ter uma posição extraordinariamente tolerante para com estes grupos extremistas. Fundada em 1903, a Federação fora liderada durante muitos anos por Louis Marin, um homem de sólidas credenciais democráticas. Contudo, no início dos anos 1930, o partido derivou para a direita, rondando inicialmente, e depois acolhendo abertamente, os ativistas dos Jovens Patriotas. Longamente considerado um partido de elites, a Federação tornou-se dependente dos Jovens Patriotas e de outras ligas de extrema-direita como fontes de ativismo e energia. Como os mesmos indivíduos apareciam em ambos os grupos, a fronteira entre o «partido» oficial e os ativistas violentos das ligas tornou-se cada vez mais difícil de discernir.

Pelo menos trinta e cinco deputados parlamentares da Federação pertenciam aos Jovens Patriotas, sendo que três membros da liderança dos Jovens Patriotas eram, em simultâneo, líderes do grupo parlamentar da Federação. Os Jovens Patriotas, envergando trajes militares, garantiam a segurança dos comícios da Federação Republicana e ajudavam ao transporte dos eleitores nos dias de eleições. Philippe Henriot, eminente deputado da Federação (que se recriaria mais tarde como ministro da propaganda no governo de Vichy aliado com os nazis), descreveu os Jovens Patriotas como as «tropas de choque» do seu partido.

O ataque violento de 6 de fevereiro de 1934 não serviu de alarme para a maioria dos conservadores franceses. Pelo contrário, os líderes da Federação, alimentados pelo seu ódio pela esquerda, redobram o apoio às ligas.

A simpatia dos conservadores centristas pelos extremistas antidemocráticos foi um fator principal do ataque de 6 de fevereiro.

COMO É QUE A DEMOCRACIA SE TORNOU TÃO AMEAÇADA, E O QUE PODEMOS FAZER PARA A SALVAR?

Vivemos um momento turbulento em que governos neoliberais, a ascensão generalizada da extrema-direita, a política de bloco e outras formas de autocracia estão a ser impostas em diferentes partes do mundo.

Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, com o brilhantismo e a clareza do seu primeiro livro — *Como Morrem as Democracias* — apresentam neste livro uma elucidativa explicação destes tempos voláteis. Tomando por base exemplos de outros países, da França da década de 1930 até à atual Tailândia, explicam como e por que razão os partidos políticos se voltam contra a democracia.

Partindo do caso norte-americano e mostrando a evolução de outros países na obtenção de melhorias e reformas para a sociedade e as liberdades civis, os aclamados professores de Harvard propõem uma série de reformas para sair desta espiral de crise e constituir o que chamam de a única democracia viável.

**«Um livro escrito com uma clareza assustadora sobre
como as forças da direita se apropriaram das regras sagradas
para exercer a sua tirania.»**

The Washington Post



Penguin
Random House
Grupo Editorial

www.penguinlivros.pt
penguinlivros

ISBN 9789896239206



9 789896 239206 >